

Minuta – ANEXO II

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
(PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS)**

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUNDIAÍ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º

A Delegacia da Receita Federal do Brasil em Jundiaí, com sede na Av. Dr. Cavalcanti, 241 - Vila Arens, Jundiaí - SP, 13201-003, na cidade de Jundiaí, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.394.460/0471-05, neste ato representada pelo Sr. Celson Yoshihisa Kawakami, Chefe do Serviço de Programação e Logística – SEPOL, nomeada pela Portaria nº 14, de 08 de janeiro de 2018, publicada no DOU de 15 de janeiro de 2018, portadora da matrícula funcional nº 1577327, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 08/2023, publicada no de/...../20....., processo administrativo nº 13032 585403/2023-95, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual prestação de serviços continuados de vigilância e segurança patrimonial, armada e desarmada com dedicação exclusiva de mão de obra, especificados nos itens 1 a 20 do Termo de Referência, anexo I do edital de *Pregão* nº 08/2023, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

		Prestador do serviço (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)			
	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	Q T D E	VALOR UNITÁRIO POR EMPREGADO Máximo Aceitável
	1	Vigilância Desarmada, 44 horas semanais diurnas, de segunda a sexta-feira, envolvendo 1 vigilante. (DRF Piracicaba)	Un *	40	

G R U P O 1	2	Vigilância Desarmada, 44 horas semanais diurnas, de segunda a sexta-feira, envolvendo 1 vigilante. ARF/Americana) Jurisdicionada a DRF Piracicaba	Un*	20	
	3	Vigilância Desarmada, 44 horas semanais diurnas, de segunda a sexta-feira, envolvendo 1 vigilante. (ARF/Rio Claro) Jurisdicionada a DRF Piracicaba	Un*	20	
	4	Vigilância Desarmada, 44 horas semanais diurnas, de segunda a sexta-feira, envolvendo 1 vigilante. (DRF Limeira)	Un*	20	
	5	Vigilância Desarmada, 44 horas semanais diurnas, de segunda a sexta-feira, envolvendo 1 vigilante. (DRF Jundiaí).	Un*	20	
	6	Vigilância Desarmada, 44 horas semanais diurnas, de segunda a sexta-feira, envolvendo 1 vigilante. (ARF Bragança Paulista). Jurisdicionada a DRF Jundiaí	Un*	20	
	7	Vigilância Desarmada, 44 horas semanais diurnas, de segunda a sexta-feira, envolvendo 1 vigilante. (DRF Sorocaba).	Un*	20	
	8	Vigilância Desarmada, 44 horas semanais diurnas, de segunda a sexta-feira, envolvendo 1 vigilante. (ARF Itapetininga). Jurisdicionada a DRF Sorocaba	Un*	20	
	9	Vigilância Desarmada, 44 horas semanais diurnas, de segunda a sexta-feira, envolvendo 1 vigilante. (ARF Itu). Jurisdicionada a DRF Sorocaba	Un*	20	
	10	Vigilância Desarmada, 44 horas semanais diurnas, de segunda a sexta-feira, envolvendo 1 vigilante. (ARF São Roque). Jurisdicionada a DRF Sorocaba	Un*	20	
	11	Vigilância Desarmada, 44 horas semanais diurnas, de segunda a sexta-feira, envolvendo 1 vigilante. (ARF Tatuí). Jurisdicionada a DRF Sorocaba	Un*	20	
	12	Vigilância Desarmada, 44 horas semanais diurnas, de segunda a sexta-feira, envolvendo 1 vigilante. (DRF Campinas).	Un*	20	
	13	Vigilância Armada, em escala de 12 X 36 horas semanais diurnas, operador de monitoramento eletrônico, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em cada posto. (DRF Piracicaba)	Un*	40	

14	Vigilância Desarmada, em escala de 12 X 36 horas semanais diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em cada posto. (DRF Jundiaí)	Un*	40	
15	Vigilância Desarmada, em escala de 12 X 36 horas semanais diurnas, operador de monitoramento eletrônico, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em cada posto. (DRF Sorocaba)	Un*	40	
16	Vigilância Desarmada, em escala de 12 X 36 horas semanais diurnas, operador de monitoramento eletrônico, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em cada posto. (DRF Campinas)	Un*	40	
17	Vigilância Armada, em escala de 12 X 36 horas semanais, noturnas, operador de monitoramento eletrônico, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em cada posto. (DRF Piracicaba)	Un*	40	
18	Vigilância Armada, em escala de 12 X 36 horas semanais, noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em cada posto. (DRF Jundiaí).	Un*	40	
19	Vigilância Armada, em escala de 12 X 36 horas semanais, noturnas, operador de monitoramento eletrônico, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em cada posto. (DRF Sorocaba).	Un*	40	
20	Vigilância Desarmada, em escala de 12 X 36 horas semanais, noturnas, operador de monitoramento eletrônico, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em cada posto. (DRF Campinas)	Un*	40	
	VALOR TOTAL PARA 20 MESES			

UNIDADE DE MEDIDA Un = quantidade de vigilante por posto x número de postos x 20 meses de Contrato

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

- 3.1. O órgão gerenciador será a *Delegacia da Receita Federal do Brasil em Jundiaí*.
- 3.2. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

<i>Item nº</i>	<i>Órgão Gerenciador</i>
5,6,14 e 18	DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUNDIAÍ
<i>Item nº</i>	<i>Órgãos Participantes</i>
1, 2, 3, 13 e 17	DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PIRACICABA
7,8,9,10,11,15 e 19	DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA
4	DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LIMEIRA
12,16 e 20	DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM CAMPINAS

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.
- 4.1.1. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
- 4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 4.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 4.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.
- 4.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4.6. *Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.*

4.6.1. *Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.*

5. VALIDADE DA ATA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da data de sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1. *A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.*

6.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.9.1. por razão de interesse público; ou

6.9.2. a pedido do fornecedor.

7. DAS PENALIDADES

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

7.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.

7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS

8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7.892/13.

8.3. *No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens nas seguintes hipóteses.*

8.3.1. *contratação da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou*

8.3.2. *contratação de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances*

8.4. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2013

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02. (duas.) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Local e data
Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(es)
registrado(s)